

TCU adota modelos e ferramentas de análise de dados para aperfeiçoar seus trabalhos

Analisar dados e informações é uma tarefa rotineira do auditor do Tribunal de Contas da União (TCU). É o que ocorre, por exemplo, quando o auditor compara preços utilizados em uma licitação com aqueles adotados pelo mercado, ou quando avalia se os atos administrativos praticados pelos

gestores estão de acordo com a legislação vigente. Atualmente, boa parte dos atos e fatos administrativos, objeto da análise dos auditores, encontram-se em meio digital, presentes em sistemas de informação muitas vezes falhos e inconsistentes. Essa situação impõe uma nova forma de trabalho, pois as análises das informações

tendem a ficar mais abrangentes e difíceis. Nesses casos, é imprescindível, em nome da melhoria da eficiência dos trabalhos, fazer uso de métodos especializados e ferramentas tecnológicas que auxiliem, de maneira efetiva, a realização desse exame.

Com o intuito de enfrentar o aumento da complexidade dos



Destaques

problemas da administração pública, o TCU investe para se transformar em uma instituição ainda mais inteligente, que planeja e executa suas ações de controle com o auxílio de técnicas e ferramentas de análise de dados. Dentre essas medidas, inclui a estratégia de estímulo ao uso do que é conhecido mundialmente como *Data Analytics*. Têm-se a certeza de que a combinação de competências técnicas na seara do controle e habilidade no uso de ferramentas tecnológicas irão permitir que a atividade-fim do Tribunal possa ser realizada de maneira mais rápida, barata e mais sofisticada.

O titular da Secretaria-Geral de Controle Externo (Segecex), Rainério Rodrigues Leite, vislumbra nesse campo um dos maiores avanços do controle externo ao longo da história. “A revolução digital propiciou ao mundo uma mudança radical no trato da informação. Aquilo que outrora era privilégio de poucos ou que era praticamente impossível de se avaliar, hoje já não existe mais. Toda e qualquer informação, estruturada ou não, de pequeno ou grande volume, que esteja disponível em meio digital pode ser acessada e analisada pela máquina. Esse trabalho era praticamente impossível de ser realizado pelas mãos de um auditor. Agora, o profissional está munido de uma série de análises que podem ser interpretadas e aplicadas ao seu trabalho”, comemora o secretário-geral.

O uso dessas ferramentas e métodos encontra no TCU um ambiente extremamente fértil para seu desenvolvimento. Rodrigues aponta que além de constar do Plano Estratégico do Tribunal (“Aprimorar o uso de Tecnologia da Informação (TI) como instru-

mento de inovação para o controle”), a atual administração da Casa, na pessoa do presidente Aroldo Cedraz, tem prestado todo o apoio necessário em termos de capacitação, nomeação e aloca-

ção de servidores especializados e disponibilização de ferramentas tecnológicas à área-fim do TCU.

Além disso, ressalta o secretário-geral que algumas secretarias do tribunal já começaram a rea-



lizar análises de dados voltadas ao aperfeiçoamento do controle externo e que, conseqüentemente, vem gerando ações mais efetivas. Entre as secretarias estão a Secretaria de Controle Externo da

Agricultura e do Meio Ambiente (SecexAmbiental), de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog), de Fiscalização de Pessoal (Sefip), de Fiscalização de Tecnologia da Informação (Sefti) e

de Controle Externo da Previdência, do Trabalho e da Assistência Social (SecexPrevidência), dentre outras. “A título ilustrativo, cito o caso prático da SecexPrevidência, que passou a realizar o controle sistemático e de forma automatizada dos benefícios sociais das áreas de Assistência, Trabalho e Previdência: Bolsa Família, BPC, aposentadorias, pensões, auxílios, seguro desemprego, abono salarial”.

O secretário Fábio Barros, da SecexPrevidência, destaca que o controle dos benefícios sociais de forma automatizada, também conhecida como Fiscalização Contínua, representa atualmente o controle sistemático e periódico da concessão e manutenção de benefícios que representam, aproximadamente, R\$ 500 bilhões/ano. Ademais, essa nova sistemática possibilita que as ações de controle da secretaria sejam definidas com maior seletividade e com base no risco de erros, fraudes e deficiências nos sistemas transacionais e nos controles internos.

O estímulo à ampliação do uso dessas tecnologias e métodos é parte de uma estratégia que busca disseminar tais competências entre todas as unidades técnicas do tribunal, deixando de ser uma característica restrita a um pequeno grupo de servidores. “Não se trata de necessidade de mudança de estrutura institucional e nem das competências das unidades técnicas. O que importa é que os profissionais do controle externo do TCU passem a ter acesso a tecnologias de fácil utilização e sejam capacitados, cada um segundo o seu perfil, para o uso de novos métodos, técnicas e ferramentas no seu trabalho cotidiano”, explica Wesley Vaz, titular da Secretaria de Gestão de Informações para o



Controle Externo do TCU (Seginf). Segundo ele, o intuito é que seja possível o uso de ferramentas tecnológicas à disposição para melhor resolver os problemas a serem enfrentados, sejam eles relacionados ao planejamento da unidade técnica, à obtenção de insumos para instruções de processos ou ao planejamento e execução de procedimentos de auditoria.

A Seginf apoia as unidades técnicas em uma série de projetos que envolvem a necessidade de uso intensivo de análise de dados. Entre suas competências, cabe o esclarecimento de dúvidas sobre informações disponíveis para análise dos auditores, a prospecção de novas ferramentas relacionadas à análise de dados, bem como propõe o desenho de treinamentos na área. “Além disso, temos auxiliado as unidades técnicas na identificação de auditores que tenham perfil e interesse em se aprofundar em análise de dados com o uso de tecnologia, para que, no âmbito dos trabalhos das respectivas secretarias, consigam dispor das informações e das técnicas e ferramentas em benefício do seu negócio”, conclui Vaz.

O uso de grandes conjuntos de informação e da tecnologia para melhorar a eficiência no controle externo não é algo inédito no TCU. Contudo, segundo o secretário, “a complexidade crescente dos problemas da Administração Pública somada à popularização do uso da tecnologia e ao aumento crescente no volume das informações digitais compõem um cenário desafiador para o tribunal. É preciso estar preparado para enfrentá-lo. Para tanto, faz-se necessária a constante capacitação de auditores e a consequente aplicação dos conhecimentos no exercício de suas atividades. Essa diretriz tem sido adotada, por exem-

plo, com o estímulo à formação em auditoria financeira, de obras, de dados, etc. Além disso, penso que, quanto mais complexo o desafio de controle, mais apropriado será enfrentá-lo com equipes multidisciplinares (com e sem expertise em uso de *Analytics*), compondo um grupo de profissionais que, cada qual com o seu talento, trabalhem em efetiva colaboração em prol de melhores resultados para o controle externo. Nesse sentido, cabe esclarecer que não é necessário que todos os auditores detenham esse conhecimento. O importante é que haja servidores suficientes que, mediante o uso dessas ferramentas, possam produzir informações úteis e apropriadas para o trabalho que se queira desenvolver”.

Nesse mesmo contexto, o Centro de Pesquisa e Inovação (Cepi) do Instituto Serzedello Corrêa (ISC) tem também papel relevante. O Cepi oferece ações de capacitação para os servidores com o

objetivo de se tornarem proficientes no tema. Além disso, identifica parceiros em universidades e faz acordos de cooperação. “Acreditamos que uma equipe do Tribunal que saia a campo após analisar a base de dados do que será auditado ou fiscalizado atuará com uma visão mais aprofundada e com alvos mais bem definidos, propiciando, assim a melhoria dos resultados obtidos”, defende Fabiana Ruas, diretora do centro. Ela conta que também foi criada uma comunidade de práticas em que os servidores podem trocar informações e, a partir disso, o Cepi pode encontrar talentos e profissionais interessados no tema. A proposta é que auditores não lotados na Seginf ou no Cepi, mas que conheçam o assunto, possam auxiliar colegas de outras secretarias. “Defendemos que a melhor forma de disseminar a cultura de análise de dados é não centralizar suas demandas, e, sim, permitir que todos possam colaborar e ajudar uns aos outros, democratizando o acesso à tecnologia, para que o Tribunal se torne cada vez mais inteligente”, enfatiza a diretora.

O TCU, assim como outras Entidades de Fiscalização Superiores, tem priorizado o investimento na formação de equipes para alavancar a análise de dados em seus trabalhos de fiscalização. Além dos cursos ministrados desde o começo de 2015, o Cepi lançou o Programa de Capacitação em Análise de Dados, que contempla uma série de iniciativas educacionais visando suprir as lacunas de competências. A intenção é que os cursos sejam inclusivos e propiciem o contato com a tecnologia de dados a quem nunca teve experiência no assunto, e a quem já é especialista, com oportunidade de se aprimorar.

